

VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Jéssica Tairane de Moraes(1); Jaime Eduardo Zanette (2); Jane Felipe(3)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul ([email: ppgedu@ufrgs.br](mailto:ppgedu@ufrgs.br))

Resumo: Este trabalho objetiva discutir as violências de gênero e suas implicações e consequências na Educação Infantil, pois muitas crianças vivenciam situações de violência intrafamiliar. Nosso compromisso como educadores/as tem sido problematizar o tema, tendo como referencial teórico os Estudos de Gênero e os Estudos Culturais. Para tanto, realizamos um trabalho contínuo com crianças de quatro e cinco anos, em uma EMEI de Novo Hamburgo/RS, sobre Direitos Humanos e equidade de gênero, promovendo atividades lúdicas e leituras literárias, que visam discutir a divisão do trabalho doméstico, modos de resolução de conflitos e o respeito às diferenças. Os resultados apontam que as crianças foram (re)construindo alguns *scripts* de gênero, trazendo soluções para as divisões de tarefas.

Palavras-chave: Violências de gênero. Educação Infantil. *Scripts* de gênero. Prática pedagógica.

Introdução

Vivemos em uma sociedade em que os altos índices de violência de gênero e desigualdade entre homens e mulheres se fazem presentes. Frente a tal situação, seguidamente a escola torna-se um ambiente no qual estas questões perpassam e são expressas seguidamente pelas crianças e famílias.

Diante da Constituição Federal de 1988 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012) a escola deve assumir o compromisso de problematizar junto às crianças toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e violência.

Pensando nisso, este artigo apresenta um recorte da proposta pedagógica desenvolvida em uma escola pública do município de Novo Hamburgo, abrangendo crianças com idade entre 4 e 5 anos. Dessa forma, descreveremos algumas das experiências propiciadas a este grupo, procurando ouvir as crianças em suas interpretações acerca das situações de violência e desigualdade que presenciam em seu cotidiano, investindo em uma educação que busque o princípio da equidade de gênero. Procuramos também desenvolver uma educação que potencialize certa preparação para que as meninas reconheçam quando estão sendo enredadas em alguma situação de violência. Além disso, possibilitamos reflexões para que meninos e meninas possam analisar as experiências desiguais de gênero vivenciadas em nossa sociedade.

Visualizando o contexto

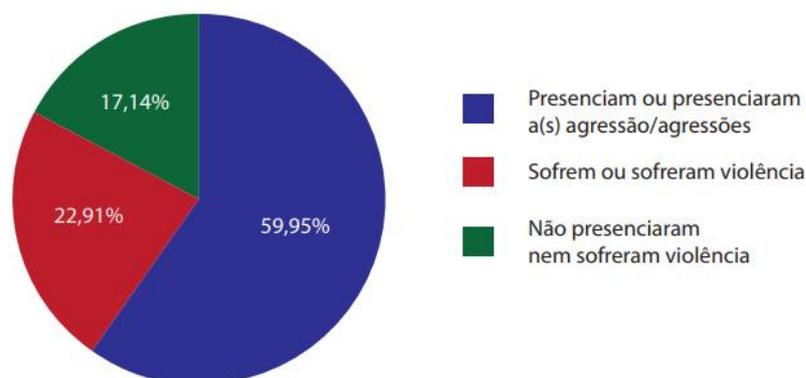
Primeiramente é preciso mostrar o quanto os dados de violências contra a mulher em todo o Brasil são alarmantes e, portanto, a sociedade precisa se responsabilizar para mudar tal quadro.

Segundo o *Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*, o país é o quinto com incidência de violência contra a mulher, no *ranking* mundial de 83 países.

Segundo balanço realizado pela *Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180*¹, no primeiro semestre do ano de 2016 foram registrados 67.962 relatos de violência contra a mulher, sendo eles: 34.703 relatos de violência física (51,06%); 21.137 relatos de violência psicológica (31,10%); 4.421 relatos de violência moral (6,51%); 3.301 relatos de cárcere privado (4,86%) 2.921 relatos de violência sexual (4,30%); 1.313 relatos de violência patrimonial (1,93%); 166 relatos de tráfico de pessoas (0,24%).

Outros dados relevantes desse mesmo balanço é que 67,63% das violências foram cometidas por homens em relações heteroafetivas, em 39,34% dos casos a violência é diária e em 32,76% é semanal - o que equivale a 71,10% de casos de violência com uma grande frequência; 78,72% das vítimas de violência doméstica possuem filhos/as e, conforme no quadro abaixo, 59,95% destes presenciam ou presenciaram a(s) agressão/agressões e 22,91% sofrem ou sofreram violência:

Figura 1: Relação dos filhos(as) com a violência



Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Diante desse contexto, fica nítido o quanto é emergente que a violência contra a mulher seja desnaturalizada e que esse debate esteja presente também na escola, uma vez que as crianças, filhas das vítimas, presenciam e também sofrem violências e, por vezes, acabam reproduzindo tal comportamento no ambiente escolar e nas suas relações, justamente pelo fato da violência ser algo natural para elas.

Segundo Galvão e Andrade (2004, p. 91), “a violência constitui-se em um dos mecanismos de dominação do homem sobre a mulher, legitimado por instituições como a família e o casamento”

¹ O Ligue 180 foi criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República no ano de 2005. Para acessar o balanço completo do primeiro semestre do ano de 2016 acesse http://www.spm.gov.br/balanco180_2016-3.pdf

e, nesse contexto, também é possível encontrar dados de violência de gênero contra meninas no âmbito familiar e não somente em relações heteroafetivas. A exemplo disso, consideramos importante trazer alguns dados da pesquisa *Por ser menina no Brasil*, realizada pela PLAN², em que foram ouvidas 1.771 meninas, de 6 a 14 anos de idade, de diferentes estados e cidades do Brasil e que mostram desigualdades recorrentes nas famílias:

- Em relação às tarefas domésticas, 81,4% das meninas são responsáveis por arrumar a própria cama, 41% em cozinhar, 76,8% lavar a louça e 65,6% por limpar a casa, enquanto apenas 11,6% dos seus irmãos arrumam a cama, 11,4% cozinham, 12,5% lavam a louça e 11,4% limpam a casa. Isso demonstra a desigualdade de gênero presente no espaço doméstico, pois, simplesmente por serem meninas, elas são tratadas como as responsáveis pelas tarefas do lar, o que tira seu tempo para brincadeiras e de viver a infância. Isso se confirma pelo fato de 31,7% das meninas entrevistadas afirmar ser insuficiente o tempo para brincar durante a semana;

- 87,4% das meninas dizem se sentir amadas e bem tratadas em casa, o que demonstra que a maioria não reconhece seus direitos e nem quando está sendo vítima de algum tipo de violência.

Todo esse cenário é preocupante, uma vez que, conforme afirmam Jane Felipe e Carmen Galet (2016, p.86), “antes da agressão física propriamente, há um longo, contínuo e sistemático processo de agressão moral e psicológica, que compromete a autoestima das mulheres, afetando também meninas e meninos que convivem com este cenário de desrespeito em seus lares”. As autoras também ressaltam a importância de discutirmos sobre os maus-tratos emocionais (ou violência psicológica), que se refere à intenção que uma pessoa tem de desqualificar outra, abalando sua autoestima e a colocando numa posição de subordinação. Cabe destacar que os maus-tratos emocionais são a porta de entrada para a agressão física e feminicídios.

Todos esses dados demonstram que discussões sobre as violências de gênero e intrafamiliar são necessárias no âmbito da escola, para que meninas e meninos possam estar atentos a esse tema e para que saibam reconhecer quanto estão presenciando ou sendo vítimas de algum tipo de violência.

Os comportamentos distintos para homens e mulheres são aprendidos socialmente, constituindo-se naquilo que Felipe e Guizzo (2017) chamam de *scripts* de gênero. Em todas as culturas tais roteiros vão sendo delineados e prescritos em função do gênero – masculino ou feminino - dos sujeitos, produzindo assim diferenças, que se desencadeiam na constituição corporal,

² Plan International é uma Organização não-governamental, não-religiosa e apartidária que defende os direitos das crianças, adolescentes e jovens, com foco na promoção da igualdade de gênero, além de engajar pessoas e parceiros na causa. Informações retiradas do site <https://plan.org.br/quem-somos-historia-da-plan-internacional-brasil> em 20 de nov. de 2017.

nas expectativas que temos em torno desse corpo, como nos vemos e como nos relacionamos com o outro. Cabe destacar, que tais significados são constituídos nas relações de poder e através de minuciosas técnicas de vigilância e regulação, constituindo assim as identidades, aqui entendidas como fluidas e cambiantes.

As (re)formulações dos *scripts* dos sujeitos se desdobram nas normativas constitucionais e no preceito internacional dos direitos humanos. Nestes documentos, o Estado tem seu papel no que diz respeito a dar efetividade ao direito de uma vida livre de discriminação e violência.

Discutindo gênero e violências na escola: uma questão de Direitos Humanos

A fim de implementar práticas pedagógicas voltadas ao compromisso de superação das desigualdades e promoção da cultura de paz, buscamos compreender o caráter dos Direitos Humanos na escola pública.

Portanto, é relevante que compreendamos os marcadores sociais das diferenças, como as questões de gênero, raciais, de orientação sexual, de deficiências, de classe social e de pertencimento religioso. Para sustentar ainda mais a pertinência dessas questões, nos apropriamos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos que se constitui como um documento mandatário que orienta uma proposta de trabalho ético em prol dos direitos fundamentais dos sujeitos.

O Parecer CNE/CEB nº 5/2011 que fundamenta essas diretrizes reconhece a educação como parte fundamental dos Direitos Humanos. Nesse sentido, chama a atenção para a necessidade de se implementar processos educacionais que promovam a cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o reconhecimento e a valorização da diversidade étnica e cultural, de identidade de gênero, de orientação sexual, religiosa, dentre outras, enquanto formas de combate ao preconceito e à discriminação (BRASIL, 2012, p. 7).

Além disso, conforme comenta Patrícia Abel Balestrin (2017, p. 11), “diversos movimentos e ações têm reafirmado a relevância dessas temáticas e a necessidade de um empenho coletivo para superarmos todas as formas de discriminação e violência existentes em nossa sociedade e em nossas escolas”.

Com isso, nos cabe investir em ações que promovam a equidade de gênero em prol da superação da desigualdade social.

Proposta

As teorizações sobre literatura e discurso permitiram-me perceber o caráter construído e construcionista da literatura, mas principalmente, o quanto a linguagem nos produz, nos governa, nos seduz. Não podemos situar nada fora dela, e por tal razão as lutas pela posse de discursos tornam-se vitais na pós-modernidade. (Argüello, 2013, p.121)

Partindo do conceito de poder implícito nos discursos que nos constituem e são potencializados em artefatos como livros e imagens, tivemos como intenção operar com discussões que colocassem sob suspeita as situações cotidianas que nos interpelam e que contribuem para a constituição e produção dos sujeitos como masculinos e femininos desde a mais tenra idade.

Dessa forma, para potencializar as reflexões foi preparada uma caixa, contendo imagens de homens e mulheres executando tarefas como: cuidar dos filhos, limpar a casa, lavar a louça, etc. As crianças aguardavam ansiosas para saber o que tinha dentro daquele objeto *a priori* considerado misterioso. Assim, na medida em que as imagens foram sendo retiradas da caixa, as discussões começaram a ganhar corpo. “Homem pode lavar a louça?”; “Meu pai me cuida!”; “Lá em casa os homens não ajudam a limpar a casa” foram grandes propulsores de problematizações. Contudo, falas como: “Enquanto o homem lava a louça a mulher pode varrer a casa.”; “Homem pode cozinhar e cuidar de nós” – também foram sendo expressas. Em seguida, com vassoura e pás, os meninos e as meninas da turma foram convidados a brincar de casinha no pátio e em seguida realizaram a experiência de varrer o ambiente no qual brincavam.

Posteriormente buscamos a literatura para discutir a temática de gênero e maus-tratos emocionais. Realizamos tal escolha, por saber que os textos literários não são neutros e sim carregados de produção de significados e de mensagens que podem ser entendidas como dispositivos que contribuem para a construção da empatia nos sujeitos. Assim, utilizamos a obra “Arthur e Clementina” (Turin, 2001) que foi contada para as crianças, fomentando discussões. O texto narra uma história de duas tartarugas, na qual a personagem feminina – a Clementina – vive uma situação de desigualdade. Além disso, a personagem é inferiorizada por seu marido Arthur.

As crianças trouxeram relatos que exaltavam as capacidades de ambos os gêneros. Além disso, todos se posicionaram contra a situação abusiva vivida pela personagem Clementina, o que demonstra o quanto as crianças são capazes de se posicionarem contra as situações abusivas que se baseiam na desigualdade entre as pessoas.

Após nossas discussões, a turma foi surpreendida com a visita de uma tartaruga batizada de Clementina.

Considerações finais

A partir das experiências relatadas conseguimos perceber o quanto se faz importante discutir as temáticas de gênero e violência com as crianças, que possuem grande potencial de problematização.

Dessa forma, parafraseando Argüello (2013) não se trata de ter a expectativa de mudar o comportamento ou a opinião das crianças sobre o tema das desigualdades, mas colocá-la em contato com belas histórias, ricas na sua visualidade e na sua linguagem, que possuam qualidade literária, de modo a oportunizarmos interessantes discussões sobre temáticas delicadas. Como as desigualdades de gênero e as várias formas de violência.

Por meio das experiências propostas, foi possível observar que as discussões provocaram nas crianças a desestabilização de alguns *scripts* de gênero tidos como essenciais que colocam o sujeito feminino numa posição de subordinação e o homem em situação privilegiada.

As soluções trazidas pelas crianças para as questões referentes divisões de tarefas, também revelam o potencial infantil na busca de igualdade entre os sujeitos.

Concluimos, apontando que ações como essas nos apresentam alguns caminhos nos quais podemos percorrer e na busca de uma educação para a equidade de gênero. Sabemos que ainda temos muito a trilhar, entretanto, acreditamos que os primeiros passos estão sendo dados.

Referências

ARGÜELLO, Zandra Elisa. Contos a favor da Equidade de Gênero. In: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada. **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação**. Canoas: Ed. Ulbra, 2013.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Rompendo com os *scripts* de gênero e de sexualidade na infância. In: SARAIVA, Karla; GUIZZO, Bianca (Org.). **Educação, transgressões e narcisismos**. Canoas/RS: Ed. da Ulbra, 2017.p. 219 – 228.

FELIPE, Jane; GALET, Carmem; Maus- tratos emocionais e formação docente. In: LUZ, Nanci Stancki da; CASAGRANDE Lindamir Salete (org.). **Entrelaçando gênero e diversidade : violências em debate**. / da,– Curitiba: Ed. UTFPR, 2016.

PLAN BRASIL. Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências (Pesquisa com meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil). São Paulo, 2014. Disponível em: <www.plan.org.br/downloads/por_ser_menina_resumoexecutivo_impresao.zip>
<www.plan.org.br/downloads/por_ser_menina_pesquisa_relatorio_final.zip>

TURIN, Adela. Arturo y Clementina. Traducción: Humpt Dumpty. Barcelona: Editorial Lúmen, S.A., 2001.

